



ESCOLA DE
HUMANIDADES

VERITAS (PORTO ALEGRE)

Revista de Filosofia da PUCRS

Veritas, Porto Alegre, v. 65, n. 1, p. 1-18, jan.-mar. 2020

e-ISSN: 1984-6746 | ISSN-L: 0042-3955

<http://dx.doi.org/10.15448/1984-6746.2020.1.35293>

SEÇÃO: MORAL & POLITICAL PHILOSOPHY

Soberania e governamentalização do *Homo oeconomicus*: entrecruzamentos críticos entre Ludwig Von Mises e Michel Foucault

*Homo oeconomicus' sovereignty and governmentality: critical crossroads between
Ludwig Von Mises and Michael Foucault*

*Soberanía y gubernamentalidad del homo oeconomicus: entrecruzamientos críticos
entre Ludwig von Mises y Michel Foucault*

Castor Bartolomé Ruiz¹

orcid.org/0000-0002-2726-161X
castor@unisinis.br

William Costa¹

orcid.org/0000-0002-6826-1560
william_19costa@hotmail.com

Recebido em: 8 out. 2019.

Aprovado em: 11 dez. 2019.

Publicado em: 12 mai. 2020.

Resumo: A partir da segunda metade do século XX, as políticas econômicas disseminaram um conjunto de dispositivos sutis, no sentido de seu exercício, ao mesmo tempo em que mais plurais, em relação à sua extensão. Um dos principais deslocamentos epistemológicos produzidos pelo discurso neoliberal diz respeito à inserção da subjetividade humana como elemento central da racionalidade econômica. A inclusão da subjetividade na lógica dos cálculos econômicos possibilitou construir a figura do *homo oeconomicus* como referente antropológico do novo discurso neoliberal. Um dos principais autores nessa jornada é Ludwig von Mises. A teoria misiana é profundamente filosófica: dela é possível coletar toda a estrutura da teoria neoliberal e de seu contraste bifocal entre a ação econômica do mercado e a teoria política do Estado, e nela o *homo oeconomicus* ocupa um lugar central. A genealogia de Michel Foucault sobre o escopo da governamentalidade neoliberal trouxe um olhar crítico diferente sobre os princípios constitutivos deste discurso. A par da teoria de Mises (como também de Hayek, Röpke e Böhm-Bawerk), a leitura de Foucault nos é precisa, na medida em que nos permite contrastar a razão de governo, constituída ao longo dos modelos de pensamento, com aquela ótica empresarial do *homo oeconomicus* como um suposto sujeito soberano. O intuito deste ensaio é provocar um cruzamento crítico entre o pensamento de Mises e de Foucault, concentrado principalmente no estudo das contradições que surgem no seio do discurso neoliberal da figura do *homo oeconomicus* como sujeito soberano, com as práticas de governamentalização desse mesmo *homo oeconomicus*. O ensaio é constituído de três momentos: (i) primeiramente, nosso objetivo é compreender a teoria do mercado de von Mises, com o intuito de alinhar alguns conceitos importantes, em especial o conceito de soberania do *homo oeconomicus*; (ii) em seguida, temos como pretensão analisar a teoria de Foucault sobre a governamentalidade neoliberal, acenando em direção ao modo pelo qual a teoria de Mises projeta-se como uma razão econômica de governo; (iii) em um terceiro ponto, desenvolvemos algumas implicações derivadas dos cruzamentos das teses sobre a soberania do *homo oeconomicus*, de Mises, com as análises sobre a governamentalidade desse *homo oeconomicus* desenvolvidas pelos estudos de Foucault.

Palavras-chave: Governamentalização. *Homo oeconomicus*. Ludwig von Mises. Michel Foucault. Soberania do consumidor.

Abstract: From the second half of the Twentieth Century, economic politics disseminated a set of subtle devices. One of the main epistemological displacements produced by neoliberal discourse concerns the insertion of human subjectivity as a central element of economic rationality. The inclusion of subjectivity in the logic of economic calculations made it possible to construct the figure of *homo oeconomicus* as an anthropological referent of the new neoliberal discourse. One of the leading authors on this journey is Ludwig von Mises. Misian theory is profoundly philosophical: from it, it is possible to collect the whole structure of neoliberal theory and its bifocal contrast between the economic action of the market and the political theory of the



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinis), São Leopoldo, RS, Brasil.

state, and in it *homo oeconomicus* occupies a central place. Michel Foucault's genealogy on the neoliberal governmentality brought a different critical look at the constitutive principles of this discourse. Alongside Mises's theory (as well as Hayek's, Röpke's and Böhm-Bawerk's), Foucault's reading is accurate to us, as it allows us to contrast the reason of government, constituted along the thinking patterns, with that optics. *Homo oeconomicus* as a supposed sovereign subject. The aim of this essay is to provoke a critical cross between Mises and Foucault, focusing mainly on the contradictions that arise within the neoliberal discourse of *homo oeconomicus* as sovereign subject, with the practices of governmentalization of the same *homo oeconomicus*. The essay consists of three moments: (i) firstly, our goal is to understand von Mises's market theory in order to align some important concepts, in particular the concept of sovereignty of *homo oeconomicus*; (ii) next, we intend to analyze Foucault's theory of neoliberal governmentality, pointing towards the way in which Mises's theory projects itself as an economic reason for government; (iii) in a third point we develop some implications derived from the crossings of theses on the sovereignty of the Mises's *homo oeconomicus*, with the analyzes on the governmentality of this *homo oeconomicus* developed by Foucault's studies.

Keywords: Governmentality. *Homo oeconomicus*. Ludwig von Mises. Michel Foucault. Consumer Sovereignty.

Resumen: A partir de la segunda mitad del siglo XX, las políticas económicas difundieron un conjunto de dispositivos sutiles en el sentido de su ejercicio, aunque más plurales, en relación con su extensión. Uno de los principales desplazamientos epistemológicos producidos por el discurso neoliberal se refiere a la inserción de la subjetividad humana como elemento central de la racionalidad económica. La inclusión de la subjetividad en la lógica de los cálculos económicos hizo posible construir la figura del *homo oeconomicus* como referencia antropológica del nuevo discurso neoliberal. Uno de los principales autores en este itinerario es Ludwig von Mises. La teoría misiana es profundamente filosófica: pues de ella es posible recoger toda la estructura de la teoría neoliberal y su contraste bifocal entre la acción económica del mercado y la teoría política del Estado, y en ella el *homo oeconomicus* ocupa un lugar central. La genealogía de Michel Foucault sobre el alcance de la gubernamentalidad neoliberal puso un ojo crítico diferente en los principios constitutivos de este discurso. Junto con la teoría de Mises (así como Hayek, Röpke e Böhm-Bawerk), la lectura de Foucault es precisa, en la medida en que nos permite contrastar la razón de gobierno, constituida a lo largo de los modelos de pensamiento, con esa perspectiva empresarial del *homo oeconomicus* como un supuesto sujeto soberano. El objetivo de este ensayo es provocar un entrecruzamiento crítico entre el pensamiento de Mises y Foucault, concentrado principalmente en el estudio de las contradicciones que surgen dentro del discurso neoliberal de la figura del *homo oeconomicus* como sujeto soberano, con las prácticas de la gubernamentalización de este mismo *homo oeconomicus*. El ensayo constituido de tres momentos: i) primero, nuestro objetivo es entender la teoría del mercado de von Mises, con el fin de alinear algunos conceptos importantes, especialmente el concepto de soberanía del *homo oeconomicus*; (ii) en seguida, entonces tenemos la intención de analizar la teoría de Foucault sobre la gubernamentalización neoliberal, con especial enfoque hacia la forma

en que la teoría de las Mises se proyecta como una razón económica de gobierno; (iii) en un tercer punto, desarrollamos algunas implicaciones derivadas de las intersecciones de las tesis sobre la soberanía del *Homo Oeconomicus*, de Mises, con las análisis sobre la gubernamentalidad de este *homo oeconomicus* desarrolladas por los estudios de Foucault.

Palabras clave: Gubernamentalización. *Homo oeconomicus*. Ludwig von Mises. Michel Foucault. Soberanía del consumidor.

Introdução

A ascensão do neoliberalismo e de sua cadeia de articulações esboçou um conjunto de políticas governamentais muito peculiares, sobretudo a partir da segunda metade do século XX. Essas políticas, que em geral foram marcadas pelo contraste do poder mercadológico e pela posição governamental do Estado, operaram a partir de uma racionalidade muito específica: a racionalidade da economia e do governo; e também por meio de práticas menos agudas, no sentido de seu endereçamento ao corpo físico dos indivíduos. Se coube ao novo liberalismo esse papel menos agudo de interferência física contra os sujeitos e seus corpos, coube, também, a tese da conduta da vida em suas plurais atmosferas, sendo elas sempre comensuradas palidamente sob diversos critérios e diretrizes econômicas. Em tese, a partir dessa nova racionalidade e do contraste entre a economia e o governo, o neoliberalismo ordenou, e continua a ordenar, uma rede muito extensa de mecanismos e de técnicas cujos objetivos não se restringiram ao corpo físico dos seres humanos, mas, e principalmente, à subjetividade: ao corpo moral, psicológico, dogmático-religioso e toda e qualquer área que tem ou não a humanidade como um ponto de intersecção. O que chama a atenção nessa postura e em todo o seu escopo é como os dispositivos de poder são articulados para centrarem na vida (como na morte) a extração, a produção e a ampliação das potencialidades humanas e técnicas. Detecta-se no discurso econômico neoliberal um deslocamento da subjetividade humana como elemento central da racionalidade econômica, algo que os liberais clássicos não tinham.

Tomando como horizonte a racionalidade

neoliberal, buscamos investigar, neste trabalho, de que modo Ludwig von Mises desenvolve sua teoria do mercado em derredor da soberania do consumidor e de que maneira sua tese permite-nos, ao lado do pensamento de Michel Foucault sobre o *homo oeconomicus*, apontar alguns contrastes importantes. Para cumprir nosso objetivo, este trabalho organiza-se em três momentos: (i) primeiramente, temos como intuito analisar a teoria econômica de Ludwig von Mises, buscando interpretar a racionalidade político-econômica de sua filosofia e da tese pautada sobre a figura da soberania do consumidor; (ii) seguidamente, pretendemos articular essa posição à leitura genealógica de Michel Foucault, observando como a teoria do pensador francês propõe-nos um olhar ainda mais interno no debate econômico ao lançar a tese do *homo oeconomicus*; (iii) em um terceiro ponto, desenvolvemos algumas implicações derivadas dos cruzamentos das teses sobre a soberania do *homo oeconomicus*, de Mises, com as análises sobre a governamentalidade desse *homo oeconomicus* desenvolvidas pelos estudos de Foucault. A hipótese que lançamos no desenvolvimento desse trabalho pretende mostrar como as duas propostas cruzam-se, de maneira, embora opostas, em um ponto segundo o qual o homem econômico e o soberano consumidor são duas faces de um mesmo espectro.

1 A teoria do mercado de Mises e a anatomia do soberano econômico

Uma sociedade pautada na economia de mercado corresponde a um modelo na qual toda a ótica de funcionamento dependa única e exclusivamente do intercâmbio comercial entre os participantes e empresários que ali atuam, sem que haja qualquer interferência de ordem externa a ela (MISES, 1998, p. 293-294). Sejam os partidos políticos, sejam as propostas de leis, seja o governo ou o Estado, nada pode interferir na ótica multipolar que o mercado produz. Para Mises, a liberdade dos agentes empresariais está consignada a essa autorregulação: a não interferência garante que os agentes do mercado desenvolvam suas políticas econômicas através

da concorrência de seus produtos e serviços, constituindo em torno dessa dinâmica uma forma de conhecimento específica da condição humana (MISES, 2008, p. 34). A humanidade, cujo processo de formação possibilita-nos distinguir os sistemas econômicos na era pré-capitalista e no próprio capitalismo, constitui-se por meio de uma extensão aos processos políticos. Ao lado da esfera política, o surgimento do mercado como espaço de ações e de pensamentos permitiu a emancipação dos indivíduos e, diferentemente da aparição política, cuja ênfase parece ocorrer de maneira determinada e representativa, tornou-os nos verdadeiros sujeitos históricos da condução dos processos econômicos (MURATA, 1991, p. 4).

O mercado surgiu para garantir que a economia produzisse seu processo cíclico como um modelo balístico para a concorrência dos indivíduos e para a barganha entre os consumidores. Em si, esse espaço neutro possibilitou o surgimento crescente de empresários dispostos a manter suas propriedades privadas e disseminar suas produções até os pontos mais distantes do mundo (MISES, 1977, p. 42-43). A lógica capitalista da economia de mercado converteu o modelo genérico de produção e consumo do livre-mercado, alavancando as redes de relações e o ponto de inferência do processo econômico. Conforme Mises, o que garantiu esse elo foi, de um lado, a mudança na percepção de como o mercado sustenta-se não por axiomas estatais, mas por leis autorreguladas e, do outro lado, como o pêndulo que move o mercado, articula a liberdade calculadora dos indivíduos e as ofertas e as condições técnicas dos empresários. Para manter suas propriedades privadas, os empresários precisam dinamizar seus produtos no mercado e manter a divisão do trabalho sempre em função de suas necessidades. Ao acelerar a produção, mas sempre contendo os custos e minimizando as perdas, o mercado constitui uma dinâmica autorregulada, de maneira que os consumidores podem optar pelas redes de vantagens que lhes geram maiores benefícios (MISES, 1998, p. 328).

A dinâmica autorregulada dos processos econômicos e a posição esférica dos empresários

e dos consumidores produz uma sentença aguda no mercado: por meio da concorrência entre os empresários, os consumidores são levados a ocupar a posição mestra dos sujeitos soberanos que decidem sobre a manutenção das redes de produtos e serviços ofertados no mercado. Em verdade, essa postura de soberania atesta para um deslocamento importante na condição do indivíduo. Deixando de ser apenas sujeito político e de partilhar uma soberania popular (formal ou jurídica), os indivíduos aderem à marca de uma subjetividade econômica ao passo em que acolhem também o indício de serem consumidores soberanos². A despeito dessa distinção, a importância mercadológica conferida à soberania do consumidor é demonstrada quando essa figura econômica por excelência fomenta em torno de si uma dinâmica inteiramente plural, na qual considera como soberano aquele que decide qual produto ou serviço quer ou não consumir. Para Mises, essa forma de soberania cria uma verdadeira democracia: a democracia das liberdades de mercado e da autonomia dos indivíduos e dos empresários (MISES, 2008, p. 1-2). A democracia de mercado constitui o campo livre e autorregulado para a projeção econômica dos indivíduos livres e para o fomento de seus interesses tanto na concorrência empresarial quanto no consumo individual.

Entre esses dois campos, ou seja, entre a concorrência empresarial e o consumo individual, a democracia de mercado prefigura o espaço real para os consumidores soberanos, que, agora, tornados sujeitos históricos de importância máxima, pleiteiam a chance de consumir tudo ou de serem empresários se forem capazes de antever a evolução do mercado (MISES, 2011, p. 20-21). Em suma, o que está em questão é a posição dos grupos de consumidores e de suas especificações em relação àquilo que procuram

extrair do mercado. Para que os empresários mantenham o sucesso de seus ganhos, é necessário afirmar uma rede incessante de garantias, direitos e benefícios aos consumidores, uma vez que, do contrário,

se um empresário não obedece estritamente às ordens do público tal como lhe são transmitidas pela estrutura de preços do mercado, sofre perdas, vai à falência, e é assim removido de sua posição eminente no leme do navio. Outro que melhor satisfizer os desejos dos consumidores o substituirá. Os consumidores prestigiam as lojas nas quais podem comprar o que querem pelo menor preço. Ao comprarem e ao se absterem de comprar, os consumidores decidem sobre quem deve possuir e dirigir as fábricas e as fazendas. Enriquecem um homem pobre e empobrecem um homem rico. Determinam precisamente a quantidade e a qualidade do que deve ser produzido. São patrões impiedosos, cheios de caprichos e fantasias, instáveis e imprevisíveis. Para eles, a única coisa que conta é sua própria satisfação (MISES, 1998, p. 270, tradução nossa).³

Essa relação entre o consumidor e o empresariado constitui a postura de uma soberania variável e heterogênea. Com esses dois vetores, a teoria do poder econômico nos mostra quão voláteis são as empresas e como, para garantir suas sobrevivências, elas dependem da instância de poder dos consumidores. Nessa ótica, Mises percebe que a única maneira para garantir a posição da propriedade privada dos empresários são as competências desenvolvidas por eles e as competições travadas ao longo da cadeia econômica. As competições são emulações entre pessoas ou empresas, cujo processo conduz uma autorregulação sem necessidade de aniquilar os concorrentes. Diferentemente da luta, que se configura enquanto um conceito biológico e que necessita de um vencedor, a ótica do mercado prescinde de qualquer tipo de extermínio; na

² HAYEK, F. A., por sua vez, afirma que: "it is probably no exaggeration to say that every important advance in economic theory during the last hundred years was a further step in the consistent application of subjectivism". Id. *The Counter-Revolution of Science*. Nueva York: Free Press of Glencoe, 1955, p. 31.

³ Do original: If a businessman does not strictly obey the orders of the public as they are conveyed to him by the structure of market prices, he suffers losses, he goes bankrupt, and is thus removed from his eminent position at the helm. Other men who did better in satisfying the demand of the consumers replace him. The consumers patronize those shops in which they can buy what they want at the cheapest price. Their buying and their abstention from buying decides who should own and run the plants and the land. They make poor people rich and rich people poor. They determine precisely what should be produced, in what quality, and in what quantities. They are merciless egoistic bosses, full-of whims and fancies, changeable and unpredictable. For them nothing counts other than their own satisfaction (MISES, 1998, p. 270).

verdade, a razão de seu funcionamento é a incerteza e a possibilidade. São as competências os meios pelos quais as empresas mantêm suas posições fixadas na heterogenia do mercado. Elas são os atributos técnicos e formais que sustentam e disseminam as posições competitivas das empresas e que garantem a soberania dos consumidores em um espaço democrático. Essa relação desenvolve uma democracia de consumidores como expressão real da soberania econômica, que por sua vez é considerada como a democracia efetiva.

Na década de 1920, a situação dos monopólios da indústria ferroviária pode ser observada como um exemplo expresso desse círculo democrático dos consumidores. Segundo Mises, a concorrência acirrada entre as empresas ferroviárias somada com altos custos de operação e baixa diferenciação entre os produtos e serviços ofertados limitavam o acesso de novas empresas a esse mercado. Teria sido o fim da indústria ferroviária e, talvez, dos meios de transporte da época se a inserção de novas técnicas produtivas e competências administrativas, tanto do fordismo quanto do taylorismo, não tivessem sido apropriadas pelas empresas para a manutenção e para a inovação dos produtos e dos serviços. Com o passar dos anos, a indústria monopolista de ferrovias não apenas perdeu espaço como também foi praticamente dissolvida nos outros meios de transporte. Para Mises, a resposta a esse entrave adveio da relação entre a competência e a competição empresarial: para que houvesse um alargamento econômico da indústria, empresas isoladas tiveram de inovar e de confrontar aquela outra dinâmica. A conclusão desse movimento foi, por um lado, garantida pela própria interação mercadológica e pela rede de inovações tecidas pelas próprias empresas em razão de suas competências. Por outro lado, no entanto, nada adiantaria essa estrutura técnica se os consumidores não pudessem exercer suas soberanias em decidir sobre quais insumos adquirir. A concorrência do mercado constituiu-se em torno dessa rede de soberanos consumidores e das ocupações inovadoras e técnicas dos empresários.

Para Mises, a superfície do mercado e das relações econômicas só pode garantir o sucesso da interação entre consumidor e empresário se

houver uma ética interna em seu fluxo. Essa ética precisa pautar-se na fórmula da liberdade natural dos indivíduos no mercado para garantir a maior satisfação de todos os seus desejos pelas coisas e pelo mundo exterior (MISES, 2004, p. 33). A ética liberal preconiza a liberdade natural dos sujeitos ao mesmo tempo em que fundamenta condições melhores para a conveniência social a partir do desenvolvimento do interesse de cada um (MISES, 1977, p. 81). Trata-se de uma convergência entre o homem em sua polaridade econômica e a melhoria social por meio de bens materiais e da paz. Seria de toda maneira importante ressaltar que Mises é um defensor do utilitarismo. Sem essa corrente, o pensamento do economista não poderia sustentar os motivos pelos quais os indivíduos agem movidos pelo ímpeto da felicidade e pelo cálculo entre os ganhos e as perdas de suas ações. As ações humanas são intrinsecamente dirigidas por essa ótica utilitária, de maneira a ser uma espécie de ordem própria ou natural que sistematiza a lógica do mercado. Com o intuito de diminuir os desconfortos da vida, a ética do utilitarismo liberal persevera no recinto da racionalidade do mercado e dos homens que nele barganha (MISES, 1998, p. 167). Por causa disso, uma teoria ética da ação liberal pura não pode prescindir da economia, pois ela regula o agir humano pelo princípio natural do interesse próprio, que estabelece o cálculo útil entre benefícios e prejuízos de uma ação. Na verdade, afirma Mises, se há uma *práxis* humana nesse ambiente, ela deve constituir-se enquanto uma ciência econômica ligada a um foro epistemológico próprio para se pensar a humanidade. Estes são princípios epistêmicos constituintes da figura antropológica do *homo oeconomicus*. Mises percebe que a economia, no início, tinha surgido a partir de uma idealização abstrata do indivíduo natural e, por influência da concepção subjetivista de Menger (1871), entende que a economia deve ampliar seu escopo discursivo para incluir nela uma teoria geral da ação humana, que Mises denominará de praxeologia. Este é o deslocamento da subjetividade para a economia, que Mises defenderá ao longo sua obra e que constituirá

o marco teórico do *homo oeconomicus*⁴.

A humanidade produz-se nas ações livres. E livres são os indivíduos que calculam sobre seu bem-estar sem desferir algo em contrário aos seus semelhantes. Em cada ação impera a liberdade da escolha racional e o ônus de sua deliberação (SOTO, 2004, p. 17-55). No mercado democrático (ou democracia econômica), o jogo da concorrência e o poder de barganha dos consumidores são essencialmente utilitários: a ética que conduz sua dinâmica é heterogênea ao ponto de pressupor indivíduos econômicos. Os homens econômicos maximizam suas condições naturais à medida que deliberam racionalmente por meio de uma instância liberal (MISES, 1998, p. 94). A ação do homem econômico é um atributo conciso daquilo que o revela enquanto ser humano e enquanto sujeito de mercado. Unido por essas duas condições, o indivíduo almeja uma sociedade de bem-estar em comutação com a liberdade e com os benefícios passíveis de serem alcançados e maximizados. Isso é um fenômeno que permeia toda a camada social e que está presente nos interesses das classes empresariais e nos sujeitos consumidores. Todavia, em muitos momentos, os indivíduos aparentam-se oniscientes e ignorantes (MISES, 1978a, p. 191). Isso parece contrapor, de certo modo, aquela condição extremamente racional que os indivíduos de mercado supostamente detêm. No entanto, a via que se constitui em derredor disso produz a feição de um homem econômico em comutação com suas ações inesperadas. O homem transita sob o aspecto econômico (*homo oeconomicus*), tipicamente racional, e sob a face da ação inesperada (*Homo agens*). Desse modo, ele se constitui como um intercâmbio entre a racionalidade (econômica), a consciência e os seus instintos subjetivos (MISES,

2013, p. 24). Calculando sobre os ganhos e reais possibilidades, mas não se desprendendo por completo de seus instintos e paixões, o homem busca finalidades subjetivas para seus atos, de maneira que nem sempre o cálculo econômico pode responder às suas inquietações, muito embora todos os seus atos deem-se no âmbito da economia (DiLORENZO, 1988, p. 59-71)⁵.

Essa dimensão antropológica da combinação entre a racionalidade de interesses e as decisões inesperadas conduz o debate misiano para uma interpretação sobre a operação do mercado. Para Mises, os sistemas econômicos funcionam a partir de ordens naturais, pautadas na espontaneidade do mercado e na liberdade dos indivíduos. A ordem natural do mercado e de sua dimensão autorregulada constitui os princípios essenciais para a deliberação humana. Isso significa que a ação humana depende da inserção produzida nela por uma ordem cataláxica. A catalaxia constitui o sistema *a priori* da operação mercadológica, de maneira que a ação humana a compreende por meio de axiomas lógicos e comparativos (BOFF, 2018, p. 15). Enquanto a ordem do mercado é explicitamente conduzida por seus próprios engodos e, portanto, sem qualquer interferência, os sujeitos deliberam a partir de inferências lógicas no campo prático. As irregularidades econômicas (preço, quantidade, volume, etc.) são essenciais para a deliberação dos indivíduos, na medida que os forçam a constituir princípios calculativos de escolha. As escolhas conduzem o mercado e o mercado determina, por um ou alguns motivos, as escolhas. O pano de fundo da economia neoliberal pauta-se em uma teoria da ação humana e na imprevisível ordem dos mercados, o que corrobora para a visão misiana de que, na planificação econômica, apenas o domínio político conduz e limita a expansão das empresas

⁴ Hayek, em referência a Mises, afirma que o subjetivismo: "has probably been carried out most consistently by Ludwig von Mises and I believe that most peculiarities of his views which at first strike many readers as strange and unacceptable are due to the fact that in the consistent development of the subjectivist approach he has for a long time moved ahead of his contemporaries. Probably all the characteristic features of his theories, from his theory of money to what he calls his apriorism, his views about mathematical economics in general, and the measurement of economic phenomena in particular, and his criticism of planning all follow directly from his central position". Id. *The Counter-Revolution of Science*. Nueva York: Free Press of Glencoe, 1955. Nota 24, p. 209-210.

⁵ Em relação aos pensadores da escola austriaca, DiLorenzo considera que a influência do subjetivismo, contudo, não é plena e que grande parte de sua análise segue ainda muito mediatizada pela metodologia positivista e científica da escola neoclássica. Cf. DiLORENZO, Thomas J. "Competition and Political Entrepreneurship: Austrian Insights into Public Choice Theory". *The Review of Austrian Economics*, v. 2, 1988. p. 59-71.

e dos indivíduos (HARVEY, 2005). O cerne das sociedades neoliberais é a volatilidade natural dos processos inerentes a ela. É em razão disso que se pressupõem as diferenças e as desigualdades como princípios motrizes para a ação humana. Da concorrência à inovação, cada condição empresarial deve ser comensurada sob sua própria lógica, possibilitando a heterogeneidade e a espontaneidade dos agentes econômicos se autorregularem e conquistarem os consumidores.

A antropologia econômica do consumo da qual Mises acena com sua teoria da ação forja em torno do homem uma condição inversa aos modelos antecessores ao neoliberalismo. Isso deve-se ao fato de que, enquanto o papel de compra dos indivíduos era determinado pelos produtos ofertados pelo mercado, na qual apenas podiam eles deliberar sobre os modelos já estabelecidos, no neoliberalismo, eles ocupam a dianteira dos interesses, ou seja, a noção do indivíduo se desloca da posição marginal para ocupar-se do centro de toda a atividade produtiva das cadeias econômicas. Nessas, os interesses por bens e serviços de ordens e características diversas, necessárias e ou fúteis, forçam os sistemas empresariais a produzir produtos com alto grau de diferenciação no intuito de satisfazer os sujeitos. A alta concorrência só pode ser determinada se cada empresa conceber esse grau de interesse dos indivíduos em uma dimensão precisa. A catalaxia mercadológica opera nessa condição, quer dizer, ela corrobora para a autorregulação das empresas e alerta ao sistema econômico que ele precisa mover-se conforme a lógica orgânica do mercado. Todas as categorias com as quais a economia preocupa-se estão inseridas no axioma da ação humana. Desse ponto de vista, valor, custo, fins, margem etc, são categorias econômicas *a priori* que dependem, no entanto, da dedução lógica do axioma da ação. Conforme Mises, a lógica do mercado é como a lógica e a matemática; suas proposições não derivam da experiência e, portanto, "não estão sujeitas a verificação com base na experiência e nos fatos. São tanto lógica como temporalmente anteriores a qualquer compreensão de fatos históricos. É um requisito necessário para qualquer

percepção intelectual de eventos históricos" (MISES, 2007, p. 59).

O domínio econômico e sua rede de efeitos enfatizam, na ótica de Mises, como a fundamentação dos processos mercadológicos pauta-se em um conjunto de algoritmos lógico-matemáticos vinculados à ação humana. O elemento nevrálgico de toda a extensão econômica é a ação. Ou seja, a dinâmica econômica e seus elementos *a priori* deslocam-se quando os indivíduos agem no mercado, tensionando o axioma da ação como um elemento-motriz no interior da economia. Esse processo corrobora para um campo coordenado da ação humana e para a eficiência dinâmica do mercado (SOTO, 2004, p. 17), na medida em que, conforme problematizam os teóricos austríacos, desenvolve uma rede articulada de interações entre os empresários e os indivíduos. O centelho dessa argumentação gira em torno de como os indivíduos a partir do axioma de suas ações conseguem mobilizar a dinâmica do mercado ao ponto de torná-lo eficiente. O neoliberalismo enquanto sistema econômico de pensamento e de ação mobiliza toda sua construção empírica a partir disso, isto é, ele sustenta a tese de que a ação humana é o fator determinante para a catalaxia do mercado e, ademais, que para se pensar um modelo econômico flexível como os indivíduos, deve-se deslocar a máxima rígida dos padrões e controles econômicos clássicos e liberais, padrões esses pautados na liberdade comensurada, para a figura da ação enquanto imprescindível na modelagem empresarial.

Haveria, agora, de problematizar em que medida a discussão conduzida até aqui entrecruza a tese sobre o homem em sua dimensão econômica e subjetiva com a soberania dos consumidores. Isso porque se, por um lado, são explícitos os argumentos pelos quais os sujeitos consumidores agem calculando seus ganhos, por outro, ainda é pouco exposto o motivo de, nesse modelo, condições tão divergentes serem contextualizadas sob um mesmo tecido. O que gostaríamos de chamar a atenção pode ser sintetizado na seguinte sentença: como a

racionalidade econômica transforma o *homo oeconomicus* em uma forma de soberania?

A riqueza é uma condição alcançada pela ação racional da liberdade, mas de nenhum modo lhe é necessária. O que pressupõe a riqueza e sua expansão é a liberdade do uso das competências (SOTO, 2012). Na ótica econômica, produz maiores riquezas aqueles que encontram formas de autenticar suas competências e as utilizam de maneira livre e inovadora. Essa tese de Mises direciona-nos a outro efeito importante que, embora contundente no plano da ética utilitarista, acha oportuno a hipertrofia das zonas do mercado em condições distintas para salvaguardar a concorrência e a sua autorregulação. Mises afirma que o mercado precisa da desigualdade de riqueza e de renda para manter sua estrutura, por isso defende a postura de que a liberdade enquanto tal é um atributo importante para o desenvolvimento das competências. Não é necessariamente ruim, afirma o pensador, que pessoas não tenham condições de adquirir produtos ou de consumir serviços. Se houvesse uma planificação da riqueza e da renda – como pressupõe o pensador em relação ao socialismo –, a competitividade seria esmagada pela unificação e a economia seria estacionada sem sua dinâmica original. Essa unificação não produziria nenhum atributo positivo no sentido das competências ou dos ganhos mercadológicos; afinal, pouco ter-se-ia de inovações ou de circulação econômico-financeira. Pautando-se nessa desigualdade racional, a ética misiana observa que os indivíduos forçam suas subjetividades para o alcance da maximização do bem-estar. Essencial nesse sistema é a articulação de como os consumidores poderão exercer suas soberanias para adquirir seus fins, ou melhor, como eles poderão barganhar pelos melhores tempos, custos, distâncias, características e, sobretudo, pelos preços. Esse é o fim obstinado por eles e, nesse sentido, a expressão máxima de que o mercado é conduzido por uma soberania econômica e por interesses subjetivos diversos (MISES, 1998, p. 92).

A soberania dos consumidores retoma esse discurso sob a forma plástica dos sujeitos econômicos em serem "patrões impiedosos" não

apenas de produtos e serviços, mas, sobretudo, de competências e técnicas de inovação. Importante conceber, em conjunto disso, o fato de que a soberania do consumidor não anula a soberania política. A proposta de Mises é observar como existe uma convergência técnica entre essas duas formas de soberania, e como aquela do modelo econômico permite maior autonomia e liberdade aos sujeitos. Certamente, essa circunstância acena a uma cesura importante na teoria do economista: de um lado, é necessário cultivar a cooperação social e seu movimento político, daí é inteiramente válido pensar a soberania política enquanto um atributo do Estado; mas, do outro lado, há de se pensar também o espaço do mercado e de seus consumidores. Nesse último, a despeito daquele primeiro, que tem na noção de justiça e injustiça o epicentro de seu pensamento, a esfera motora da discussão será entre o teor de uma soberania econômica pautada pelo cálculo objetivo e subjetivo dos atributos de vantagem ou de desvantagem.

Por causa dessa dupla relação, uma formal (política) e outra informal (econômica), a soberania pode ser avaliada sob os contextos do povo (conceito jurídico) e do consumo (econômico). Para Mises, a aplicação desses dois conceitos é muito polar: no caso do primeiro, a relação contratual formal estabelece limiares normativos de atuação. Nesse sentido, a liberdade é tensionada por um sentido negativo; ou seja, é possível fazer (sem que haja implicações de punição) tudo aquilo que não é restrito pela lei. Em relação ao segundo, a ordem da liberdade não apenas tem outra indicação como também uma expansão do próprio sentido: no mercado temos a plena disponibilidade para adquirirmos aquilo que temos condição de comprar. Tão logo, essa capacidade mediata da economia torna o mercado ainda mais volátil e suscetível às necessidades e aos desejos dos soberanos consumidores, haja vista que eles serão sempre compradores reais ou potenciais. Isso não acontece no emprego da soberania política, no entanto. A soberania política é um conceito hermético e pouco solvente. Ela depende da variabilidade entre o poder público e pelos interstícios produzidos entre os indivíduos

e pelos sistemas de governo. Nesse caso, o povo ocupa uma soberania passional; isto é, seus interesses são sempre abalizados por outros interesses e, através de uma somatória, encontra-se um denominador em comum. Esses interesses, no entanto, podem divergir daqueles esperados pelos indivíduos, levando-os à frustração ou a uma realidade modificada de seu bem-estar desejado.

Nesse sentido, o teorema de Mises sobre a condição da soberania e, principalmente, em relação aos sujeitos econômicos é clara: para ele, o grau máximo de liberdade é encontrado quando os indivíduos, convertidos na ótica do mercado como princípios motores para o movimento econômico, demarcam suas posições de soberanos (BUTLER, 2010, p. 61). Esse conceito, que de maneira plástica se insere no debate de Mises e de todos os demais teóricos da Escola Austríaca, articula um sistema filosófico importante, pois, ao lado da teoria política, constrói um espaço inteiramente válido para a produção e gestão das liberdades dos indivíduos⁶. Para Mises, o sentido amplo do conceito de liberdade ganha forma na soberania dos consumidores. Como consumidores, os indivíduos pleiteiam objetivos distintos no sistema mercantil: alguns buscam ser ricos, outros almejam o bem-estar, uma parcela interessa-se pelo conhecimento e outra, pela comodidade. Em cada dimensão, porém, a noção econômica não desaparece; ela está presente de maneira discreta, de modo que, em cada nomenclatura, sempre que possível, os indivíduos retornarão a ela para discernir o grau de vantagens e desvantagens de suas ações e as consequências regenciais para seus interesses.

2 A governamentalidade do homo oeconomicus em Michel Foucault

Após perfilarmos noções gerais do pensamento de von Mises, é essencial não perder o horizonte de como as dimensões propostas pelo economista constituem uma rede de deslocamentos e implicações sutis na razão

de Estado e na governamentalidade moderna. Em função disso, nosso movimento pretende, agora, percorrer as trilhas de Michel Foucault para observar de que maneira as propostas de Mises e de outros economistas fundamentam o núcleo de um pensamento crítico a respeito do poder governamental e do triunfo da economia. Em *Segurança, território e população* (1978/2004b), Foucault conduziu suas pesquisas observando como os dispositivos de segurança haviam sido inseridos no contexto da vida humana. Estes dispositivos remetem genealogicamente às práticas do que Foucault denominou de "poder pastoral" (FOUCAULT, 1981). O marco preciso para esse diagnóstico é listado quando o pensador francês demarca o surgimento da população como o objeto final da gestão econômica (FOUCAULT, 2004b, p. 44). Mas a despeito disso, o que nos parece essencial com essa leitura é o diagnóstico clássico bem compreendido pelo autor francês nas últimas páginas da aula de 18 de janeiro de 1978. Ali, após perceber como a transição do século XVII para o XVIII havia marcado uma ruptura na arte de governar, Foucault notou que a noção de liberdade havia sido assumida como uma prática e como uma técnica de governo (FOUCAULT, 2004b, p. 49).

Se, por um lado, a população havia ocupado a categoria objetiva do poder, ainda que concomitantemente com a sociedade disciplinar e sua anátomo-política responsável por constituir indivíduos "dóceis", por outro, no plano das individualidades, a proposta da noção de liberdade foi inserida como uma categoria transeunte entre a subjetividade individual e sua regulação por parte dos dispositivos de segurança. Com essa mudança, as razões de Estado deslocaram seus interesses para as populações e, não obstante, gravaram suas propostas em modular a liberdade como técnica de governo. Para imprimir essa proposta, a economia despontou no horizonte epistêmico da modernidade como um sistema de saber oportuno para a proliferação tanto de

⁶ Para compreender o pensamento de Mises no contexto da escola austríaca, tornou-se de grande relevância a obra póstuma de Murray N. Rothbard sobre história do pensamento econômico desde o ponto de vista da Escola austríaca. A obra está integrada pelos 2 volumes: Id. *An Austrian Perspective on the History of Economic Thought: Economic Thought before Adam Smith* (v. 1); e *Classical Economics* (v. 2). 2. ed. Alabama: Ludwig von Mises Institute – Auburn University, 2006.

doutrinas quanto de problemas de governo (FOUCAULT, 2004b, p. 69). Sabe-se que essa transição produziu o aparecimento da biopolítica. A politização da vida biológica, o trato estreito entre a fisiologia, a força psíquica e a utilidade dessas condições constituíram uma política sobre a vida a partir da nuance econômica. Essa ótica de saber, que por ora visa quantificar e avaliar a vida na dimensão biopolítica, tornou-se não apenas o meio de expressão para a governamentalidade, como também, e principalmente, o meandro do cálculo de ganhos e de perdas para as populações (FOUCAULT, 2011, p. 198).

A convergência explícita entre a governamentalidade biopolítica do século XVIII com a liberdade possibilitou a hipertrofia dos dispositivos de controle e de segurança sobre as populações. Para garantir a liberdade, a segurança e o controle assumiram a forma técnica de como a governamentalidade poderia operar na vida dos indivíduos para fazê-los viver cada vez mais (FOUCAULT, 1976, p. 178). É justamente sobre a biorregulação dos homens e de suas vidas que as práticas de governo assinalaram o processo orgânico das liberdades humanas. Ao lado desse âmbito, Foucault também notou que outro processo essencial se constituiu no íntimo da guinada do século XVIII, a saber: o surgimento do mercado tendo como princípio regulador os mecanismos naturais e espontâneos. Partindo do pressuposto de que a interação produzida nele poderia ser regulada por seus próprios mecanismos, o mercado operou sob o deslocamento de sua importância na atmosfera social; agora, enquanto espaço natural, ele seria também um lugar de verdade, de onde seria possível extrair uma relação ulterior com o governo, fazendo desse um agente dependente das decisões daquele (FOUCAULT, 2004a, p. 34). A propósito desse deslocamento, pode-se observar que, em tese, os principais argumentos giram em torno tanto do mercado como novo espaço de verificação quanto na ancoragem que o poder público passou a desenvolver. A razão governamental, que, primeiro, fez-se notar pelo novo papel do mercado, agora tende a limiar do poder público e ao uso conferido por ele em

derredor dos princípios da utilidade e do interesse.

A dinâmica que se estabelece com esse vínculo garante riquezas ao mercado ao mesmo tempo em que gera utilidade para o poder público. A categoria que abrange riqueza e utilidade, mercado e poder público, é autolimitada pelo interesse. O interesse que está em questão, agora, deve obedecer a um jogo complexo entre os interesses individuais e os coletivos, como também entre a utilidade social e o benefício econômico (FOUCAULT, 2004a, p. 46-47). Vale dizer, portanto, que o governo, nessa nova razão governamental, é aquele que manipula os interesses tendo como pano de fundo os requisitos da utilidade. Os fenômenos que se delineiam aí convergem à noção de que as práticas governamentais que balizam os indivíduos, o mercado e o poder público não buscam respeitar esta ou aquela liberdade; mas, precisamente, consumi-la. Nesse processo, o jogo natural das relações pondera um sistema paradoxal em que a razão governamental necessita da liberdade enquanto a arte governamental tem sede de consumi-la. Para consumi-la, no entanto, sua ótica atravessa a razão governamental para fazer da arte de governo uma fabricante e uma administradora da liberdade que se produz. Esse modo peculiar de pensar os nexos entre razão de governo e arte de governo impulsiona a proposta do liberalismo. Por meio da via desse, ele formula a sentença de que produz o necessário para tornar os indivíduos livres e, não obstante, cumpre sua tarefa quando estabelece limites, controles, coerções, ameaças (FOUCAULT, 2004a, p. 65).

A razão governamental do liberalismo toma, assim sendo, o diâmetro da liberdade como algo que se fabrica a cada instante. Ela aceita fazer isso tomando como pauta o princípio do cálculo, da calculabilidade a partir dos riscos conferidos por mecanismos de segurança. O liberalismo pressupõe o controle das liberdades julgando-as sob o plano da arte governamental, sem deixar aquiescer o vínculo entre a verificação do mercado e a configuração utilitarista do poder público. Dentro desse meandro, os indivíduos são detentores naturais de liberdades, mas a liberdade necessária para ser consumida deve ser fabricada e controlada

sob os limites reguladores. Eles têm a liberdade para consumir, comprar, vender, trocar, etc., desde que tal princípio de conduta não coloque em risco a segurança das liberdades coletivas. Podem eles utilizar de suas liberdades, mas precisam ter consciência de que a liberdade, embora natural, é sempre administrada por um conjunto de práticas governamentais que determinam o ponto de início e o ponto final para seu exercício.

Percebendo como a dinâmica liberal conduziu os vórtices de sua racionalidade e, mais do que isso, como as razões de governo alavancaram as artes e as práticas de governamentalização da liberdade dos indivíduos, Foucault parece conduzir seu olhar ao fio histórico do século XX. O século XX trouxe duas diferenças em relação aos conceitos liberais iniciais: a primeira delas apresentou uma nova definição da relação entre o Estado e a economia. O Estado não mais deveria definir e supervisionar a liberdade do mercado. Ao contrário disso, caberia ao próprio mercado regular as diretrizes econômicas das quais partilham o Estado e o governo; a segunda diferença, por sua vez, apresentou uma diferença em relação à substância do governo. Se, antes, as práticas governamentais pautavam-se na fabricação, administração e restrição das liberdades individuais, as razões de governo do século XX invertem tal pressuposto, partindo da hipótese de que as liberdades devem ser respeitadas em suas máximas condições. No entanto, diferente daquela prerrogativa natural da qual pautava-se o liberalismo clássico, a corrente liberal do século XX perfaz a liberdade em uma esfera artificial e arranjada, de onde surge a conduta empresarial de indivíduos econômico-rationais (LEMKE, 2017, p. 19-20).

As duas diferenças observadas por Lemke à luz de Foucault tomam como observação a condução das pesquisas por parte do pensador francês sobre o liberalismo alemão do pós-Segunda Guerra Mundial e sobre o liberalismo norte-americano da Escola de Chicago. Extraindo de ambos os modelos as práticas governamentais críticas para se compreender como o liberalismo havia alcançado uma nova marca, uma marca neoliberal, Foucault notou particularidades em cada sistema que nos importa observar. Em relação aos alemães,

o pensador francês precisou que as doutrinas neoliberais do pós-Segunda Guerra Mundial surgiram entre os anos de 1928-1930 com os economistas e os juristas da Escola de Friburgo. Conhecidos posteriormente como ordoliberais, os liberais alemães difundiram a tese de que o nazismo havia sido cultivado em razão da ausência do liberalismo e em função da planificação da economia por parte do governo (SENELLART, 2003, p. 37-48). Combatendo, ao mesmo tempo, o socialismo soviético, o nacional-socialismo alemão e a teoria do bem-estar social de Keynes, o ordoliberalismo alemão afinou suas apostas na liberação da economia das injunções estatais e no emprego das liberdades e responsabilidades dos indivíduos. Com essa moldura, a economia produz legitimidade para o Estado e, portanto, enaltece a produção da soberania política pela instituição (FOUCAULT, 2004a, p. 87-88). Para os teóricos da Escola de Friburgo, o apelo ao nazismo e a outras formas de barbárie produziram massas de indivíduos uniformizados e normalizados. O estatismo por detrás disso amarrou a economia em uma vala obscura e planificada, de onde seria apenas possível sair resistindo à força do Estado sobre as liberdades e sobre o mercado. Inverter a ótica do sistema, ou seja, colocar o Estado sob a vigilância do mercado em vez do mercado sob vigilância do Estado, assim como garantir a liberdade de mercado como princípio organizador e regulador das liberdades individuais, garantiria a dinâmica autorregulada da livre concorrência, substituindo, assim, o modelo precário do *laissez-faire* (FOUCAULT, 2004a, p. 119). A arte ordoliberal de governar propôs, com sua tônica, deixar o mercado conduzir os fluxos da sociedade sem nela ter de atuar corrigindo os efeitos ou as direções da concorrência e da liberdade. Para Lagasnerie (2012, p. 175), a arte neoliberal convencionou-se dentro de uma "tática teórica" fecunda capaz de encorajar o sujeito a libertar-se das amarras institucionais e permitir que os fluxos da concorrência entrevejam benefícios aos indivíduos.

O neoliberalismo americano, diferente do alemão, desenvolveu-se com a corrente da Escola de Chicago. Sobretudo nessa escola de onde parte Ludwig von Mises, Foucault

percebe que o liberalismo americano é uma maneira de ser e de pensar, de modo que essa compreensão está atravessada por todo o escopo das práticas governamentais desenvolvidas pelos Estados Unidos desde sua construção histórica inicial (TRIBE, 2009, p. 691). Verdadeiramente, o liberalismo norte-americano pauta-se na proposta de viver o liberalismo como um estilo de pensamento, de análise e de imaginação. Ele se configura como um modo de ser e como uma disposição potente para governar por meio da liberdade sem restrições. Foi esse o princípio-motriz que reproduziu a teia econômica do mercado norte-americano e, também, o princípio essencial que esboçou a tese de uma racionalização da sociedade e do mercado pautada na reprodução da vida como unidades-empresas (FOUCAULT, 2004a, p. 232). Haveria de se observar que, nesse horizonte, os indivíduos livres ressurgem sob o escopo do *homo oeconomicus*. O homem econômico não é uma aposta recente, como podemos notar. No entanto, o engodo concedido por ele ao mercado como um espaço não somente de troca, mas propriamente de empresa humana e empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de sua renda, cria uma diversificação acerca daquele modelo primário de sujeito econômico (FOUCAULT, 2004a, p. 233) que o direciona para o arco central do pensamento da Escola Austríaca e para a Escola de Chicago (AUDIER, 2015).

O homem econômico do neoliberalismo é um empresário de si, um empresário livre para usar todas as suas forças, físicas e psíquicas, na dimensão de suas empresas biocapitais⁷ e de seus interesses e satisfações (DILTS, 2010, p. 5). O neoliberalismo age na espessura da subjetividade humana: ele converte o sujeito de troca para o indivíduo empresário, alternando a arcaica forma de economia salarial por remunerações e recompensas, "O mais importante para nós é a mudança na 'antropologia' do '*homo economicus*'

como uma criatura de troca para uma criatura competitiva" (READ, 2009, p. 28). Nesse enfoque, os indivíduos empresários produzem suas próprias satisfações. Eles convergem em matéria biológica o capital humano necessário para extrair uma satisfação prolongada dependente de suas próprias fontes e formas de comércio de si mesmos. Investindo em suas competências, no capital imaterial e técnico de seus estados psíquicos, os sujeitos econômicos endossam suas liberdades e aceitam suas realidades. Eles são átomos do mundo econômico e subprodutos multiplicadores de interesse, cuja motricidade lança o imperativo de que não há um soberano econômico responsável por todo o mercado; há indivíduos econômicos, empresas humanas, capitais biológicos que disputam, que concorrem, que alimentam os processos mercantis (FOUCAULT, 2004a, p. 287). Esse campo aberto circunscreve os indivíduos no domínio das escolhas e dos investimentos ao passo em que os tornam invisíveis do fenômeno social (HAMANN, 2009, p. 43). O apagamento social é uma aposta convergente com o empoderamento econômico, posto que daquele primeiro não resulta nenhuma ascensão capital, enquanto, desse último, porém, extrai-se toda e qualquer possibilidade de referendar o gozo autêntico do interesse.

Ora, o homem econômico observado por Foucault está, hodiernamente, em uma encruzilhada na qual a governamentalidade biopolítica produz um conjunto de práticas governamentais que administram por meio das liberdades. Em vez de consumir a liberdade, como fazia o liberalismo clássico, o neoliberalismo difundiu-se não só como ideologia, mas principalmente como uma prática sobre o mercado e, mais recentemente, como uma proposta política. Há de se perceber, no entanto, que os campos abertos por Foucault pinçam com clareza o que está nas interfaces das práticas governamentais e nos desdobramentos produzidos por elas com relação aos indivíduos. Ao descentralizar o poder econômico no contexto dos indivíduos, a lógica

⁷ Uma das variáveis desta filosofia do *homo oeconomicus* é o governo de si mesmo como empresa, que exige uma política da vida como governo de si. ROSE, Nikolas. The Politics of Life Itself in Theory. *Culture & Society*, v. 18, n. 1, 2001. Assim como também promove o governo da vida como economia e negócio da saúde, ROSE, Nikolas. The Politics of Life Itself: Biomedicine, Power, and Subjectivity in the Twenty-First Century. Princeton University Press, New Jersey, 2007.

governamental prepara uma dinâmica ainda mais heterogênea e ardilosa. Perceber que os sujeitos são fontes inesgotáveis de recursos capitais perpassa por uma semântica importante utilizada como argumento para a manutenção da arte do governo neoliberal. Em tempos como esses, a governamentalidade biopolítica dos indivíduos acena para uma proposta cujo intuito perpassa por um cruzamento de ideias, a saber: busca-se politizar a vida humana ao mesmo tempo em que introduz nela uma liberdade ingovernável por fatores externos.⁸ Paradoxalmente, a vida no neoliberalismo é administrada por meio da própria liberdade dos indivíduos, que, incontestavelmente, está dividida entre os capitais produzidos e consumidos por eles e pelos insumos que lhes permitem ser empresários de si mesmos.⁹

No âmago desse olhar, é essencial compreender que o homem econômico vincula-se à ótica de como ele mesmo pode, no ato de sua liberdade, governar a si mesmo e empreender benefícios a partir daquilo que lhe é natural ou adquirido. Não basta, portanto, deter habilidades banais, é preciso produzir uma dinâmica inovadora em que corpo e mente operem como insumos carentes de especializações e de aperfeiçoamentos constantes. Aquilo que produz verdadeiramente o homem econômico é sua plena condição em utilizar a liberdade concedida a ele para instrumentalizá-lo a ponto de fazê-lo um soberano de si. Ora, se um sujeito soberano exige de si o máximo, por que não, no mercado, exigir o máximo de seus semelhantes? As formas contundentes de pensar o homem como empresa e o consumidor como soberano dialogam no estribo neoliberal por meio da governamentalidade das liberdades econômicas.

3 Soberania e governamentalização do *homo oeconomicus*

Ludwing von Mises consolidou no discurso econômico neoliberal o deslocamento da visão objetivista da economia clássica anglo-saxã para uma compreensão subjetiva do comportamento econômico. Mises reconhece a influência decisiva da obra de Carl Menger, *Princípios da economia*, (MENGER, 1871), obra na qual, por primeira vez, tenta-se construir uma economia a partir das variáveis subjetivas do comportamento humano. Deste modo, a subjetividade humana entrou no campo da racionalidade econômica como elemento natural constitutivo do agir humano, fugindo da pura objetividade natural que até então a economia tinha adotado. A inserção da subjetividade na racionalidade econômica permitirá a Mises, entre outras coisas, sustentar a tese de que toda ação tem um componente empresarial e especulativo, desenvolvendo uma teoria da função empresarial, entendida como capacidade do ser humano para criar e dar-se conta das oportunidades subjetivas de ganho ou benefício que surgem no seu entorno atuando em consequência. Daí deriva, para Mises, que o elemento essencial da função empresarial é a criatividade: "só é criadora a mente humana que dirige a ação e a produção"¹⁰ (MISES, 1998, p. 141). A criatividade é, por sua vez, função nuclear para o conceito de soberania individual nas decisões. As análises de Menger sobre a importância da subjetividade para a economia serão decisivas para a perspectiva econômica de Mises, que verá nesse deslocamento a chave para entender a soberania da econômica dos consumidores¹¹.

⁸ Entre outros vários fatores imponderáveis a serem governamentalizados, Binkley atenta para os diferentes modos de gerenciar o tempo, segundo as classes sociais: "Claramente, os pais ricos e os pais pobres se comportam dentro de molduras temporais radicalmente distintas; enquanto pais pobres praticam obediência dócil aos ritmos e horários prescritos das instituições em que sua fé é investida e suas trajetórias marcadas, (pais pobres, lembramos, contam os dias de doença e estão ansiosos por ter férias); pais ricos, ou agentes neoliberais, tomam essa docilidade como um objeto específico de um programa ético, assumindo a total responsabilidade de sua própria conduta, administrando riscos e projetando seus futuros contra horizontes de oportunidade, adaptados a seus próprios projetos". BINKLEY, Sam. The Work of Neoliberal Governmentality: Temporality and Ethical Substance in the Tale of Two Dads. In: *Foucault Studies*, n. 6, Feb. 2009, p. 69.

⁹ Um outro desdobramento da governamentalidade do *homo oeconomicus* opera-se, de forma estratégica, na educação. A educação como tecnologia para construir o *homo oeconomicus* e a educação como negócio a ser explorado. Marshall, inclusive, propõe utilizar um outro conceito nesta área que seria o de busnopower: MARSHALL, James. D. Foucault and neo-liberalism: Biopower and busnopower. In: A. Neiman (ed.), *Philosophy of education 1995*. Urbana, IL: Philosophy of Education Society, 1996.

¹⁰ Do original: Only the human mind that directs action and production is creative.

¹¹ "Around Christmas, 1903, I read Menger's *Grundsätze der Volkswirtschaftslehre* for the first time. It was the reading of this book that made an 'economist' of me" (MISES, 1978b, p. 33).

As análises de Foucault nos conduzem a um ponto crítico dos discursos neoliberais a respeito do *homo oeconomicus*. Seguindo as teses de Mises anteriormente expostas, a principal característica do *homo oeconomicus* seria o exercício de sua soberania efetiva no ato da eleição como consumidor (MISES, 2008, p. 1-2). Nessa perspectiva, a noção de soberania desloca-se do sentido jurídico político, que até então tinha, para uma lógica econômica. A soberania política é a base da legitimação do exercício do poder. Não, em vão, os grandes debates a respeito da soberania na modernidade tentaram transferi-la para um novo sujeito soberano, que seria o povo e seu correlato na figura do cidadão. Por sua vez, o exercício moderno da soberania exigia a liberdade como referente natural do indivíduo que, desde seu estado de natureza, tem a capacidade livre de decidir sobre seu destino e cuja liberdade expressa-se politicamente na forma da soberania do cidadão na escolha dos destinos políticos da coletividade, do Estado-nação. Ainda é pertinente resgatar o terceiro elemento decorrente da soberania popular moderna, qual seja o Estado de direito e a democracia. Ambos são efeitos resultantes de uma concepção de soberania popular em que o indivíduo escolhe, pelo exercício de uma suposta liberdade natural que lhe é inata, os destinos políticos.¹²

O que encontramos em Mises é um deslocamento sutil, porém de grande significado, a respeito do sentido da soberania e de seus correspondentes efeitos colaterais e imediatos. Ao transferir o sentido pleno da soberania para a figura do consumidor em vez do cidadão, Mises não só utiliza uma figura metafórica da linguagem para expressar que o consumidor é soberano em suas decisões, senão que enfatiza a tese de que a verdadeira soberania do indivíduo enquanto tal exerce-se no ato econômico da eleição como consumidor. Quando o indivíduo decide no ato

do consumo, ele age como um soberano efetivo, cujo ato tem repercussões imediatas sobre o poder econômico vigente. Por este motivo, Mises reivindica para o indivíduo consumidor a figura da liberdade natural absoluta, herdada das tradições filosóficas do estado de natureza e que se exerce, mais plenamente, no ato de soberania do consumo. Liberdade e soberania econômica são consubstanciais e tal nexos é reivindicado como constitutivo das relações econômicas, que seriam uma derivação dos impulsos naturais do indivíduo¹³.

A translação da soberania para esta nova figura do *homo oeconomicus* operada por Mises é levada ao seu ponto culminante quando afirma que a verdadeira democracia se exerce como democracia econômica, uma democracia de decisões de consumidores e empreendedores. A democracia efetiva (verdadeira) é aquela que se realiza através do ato de soberania do *homo oeconomicus*. Temos aqui em vigência um outro deslocamento de grande calado a respeito da visão tradicional da democracia como regime derivado da soberania popular. Esta não é negada como tal, mas é colocada em um segundo plano em relação à importância efetiva que a democracia econômica adquire em virtude do poder soberano que o *homo oeconomicus* tem no ato de decidir economicamente o que ele quer. Para Mises, a democracia efetiva realiza-se, *stricto sensu*, como democracia econômica onde consumidores e empreendedores são os sujeitos soberanos (MISES, 2008, p. 2).

É conveniente cruzarmos a ênfase que Mises dá ao sentido da soberania do *homo oeconomicus* como dimensão delimitadora deste novo modo de subjetivação, com uma outra dimensão do discurso dos pensadores neoliberais da escola de Chicago, que Foucault destaca, que é o desafio do governo da racionalidade econômica pela previsibilidade dos comportamentos racionais dos indivíduos. Foucault retoma a influência da obra de

¹² A respeito de um debate mais específico sobre a soberania, principalmente entre o conceito de soberania desenvolvido por Agamben e sua relação com o conceito de biopolítica desenvolvido por Foucault, cf. DUARTE, André. "Foucault e el enlace entre biopolítica y soberania". In: *Quadranti Rivista Internazionale di Filosofia Contemporanea* – Volume I, nº I, 2013, p. 49-61.

¹³ Essas teses são o marco de fundo que nos permitem compreender o verdadeiro sentido que teve em seu momento a criação do Instituto Austríaco de Conjuntura Econômica, do qual Mises foi o principal impulsor e à frente do qual colocou como primeiro presidente ao F. A. Hayeck, cuja importância foi crucial para o desenvolvimento posterior das teses de Mises, já no contexto da escola de Chicago, em relação à democracia de consumidores.

Mises, *Human Action*, a partir da década de 1960, em que uma série de economistas, como Becker, Krizner, entre outros, publicou um conjunto de artigos na revista *Journal of Political Economy*. (FOUCAULT, 2004a, p. 272). A questão a ser analisada pelo pensamento neoliberal diz respeito ao discernimento de se a racionalidade utilitarista, supostamente natural ao indivíduo humano, desembocaria sempre, de alguma forma, em uma racionalidade econômica? E se essa racionalidade que visa o maior benefício teria algum fator de previsibilidade e, como consequência, possível de antecipar suas decisões? Nesta hipótese, seria inclusive possível dirigir antecipadamente as condutas do sujeito econômico.

Becker é o pensador que assinala a tese de que as condutas humanas não são totalmente aleatórias, uma vez que elas, guiadas pela racionalidade pragmática e utilitarista, sempre tendem a agir a partir do meio (BECKER, 1962, p. 9-69). Toda conduta racional leva em conta as variáveis do meio em que atua, e seu comportamento opera em relação aos condicionamentos que esse meio impõe a ela. Foucault aponta para um paradoxo que aparece nesta análise de Becker em relação à figura do *homo oeconomicus* do liberalismo clássico, que entendia que a espontaneidade natural do comportamento individual era a guia correta para que a convergência entre os interesses individuais almejados por cada um, com a soma dos interesses coletivos. Haveria, no pensamento clássico, uma espécie de crença na liberdade natural como motor espontâneo das relações econômicas, que seria, por definição, ingovernável, por pertencer ao livre arbítrio do indivíduo natural. Esta convicção permanece latente na teoria da soberania econômica de Mises. Contudo, Becker, dialogando com Mises, introduz um outro fator que irá questionar o absoluto desses princípios da soberania econômica. Se como afirma Becker, a racionalidade utilitarista do *homo oeconomicus* não opera com aleatoriedade absoluta, senão que obedecendo aos princípios da lógica útil, irá se adaptar aos condicionantes do meio em que atua; nesse caso, afirma Becker, seria

suficiente modificar as variáveis do meio para que os indivíduos também modificassem de modo espontâneo suas condutas para adaptar seus interesses aos novos condicionamentos. Nesta hipótese, vemos se diluir a pretensa soberania do *homo oeconomicus* de Mises para dar lugar a uma nova racionalidade governamental da liberdade econômica. A governamentalidade econômica dos indivíduos encontrou na teoria de Becker um referente pelo qual a liberdade é preservada e, concomitantemente, conduzida. Se o indivíduo age por interesse próprio, adaptando-se, porém, racionalmente, às variáveis em que atua; quando alguém tem a possibilidade de demarcar tais variáveis contextuais, adquire a previsibilidade da conduta dos indivíduos. Ao estabelecer os marcos referentes ao contexto da ação, não se nega a liberdade dos indivíduos, porque eles continuam a decidir soberanamente sobre seu agir. Porém, como sua ação é orientada pela racionalidade utilitarista do benefício próprio, ao agir livremente, procurando seu maior benefício em relação às variáveis em que atuam, é possível prever, em grande parte, seu comportamento. A previsibilidade do comportamento é a condição necessária para seu governo. Deste modo, ao agir sobre o meio, governam-se as condutas, respeitando a soberania dos indivíduos, sua liberdade de decisão. Para Becker,

o homo oeconomicus é aquele que é eminentemente governável. De parceiro intangível do *laissez-faire*, o *homo oeconomicus* aparece agora como correlativo a uma governamentalidade que vai agir sobre o meio e vai modificar sistematicamente as variáveis do meio (FOUCAULT, 2004, p. 274).

O *homo oeconomicus* aparece como o modo de subjetivação que possibilita articular o respeito à liberdade natural dos indivíduos com sua potencial governamentalidade. O que se governa no *homo oeconomicus* é sua liberdade, respeitando-a, porém; inclusive, produzindo-a. A governamentalização do *homo oeconomicus* realiza-se a partir das induções introduzidas no meio para estimular um tipo de conduta. Não se sufoca ou se força a liberdade individual;

pelo contrário, ela é exaltada como um princípio absoluto, porém estabelecem-se parâmetros estimulantes das condutas que induzem o modo de agir. Deste modo, sem negar ou limitar a liberdade individual, é possível prever desempenhos e, conseqüentemente, gerenciar tendências comportamentais.

Se conectarmos as posições de Mises a respeito da soberania do *homo oeconomicus*, com as teorias da potencial governamentalização de suas decisões, é possível deduzir que a governamentalização do *homo oeconomicus* não só induz as variáveis do seu comportamento individual, posto que, também, faz com que as democracias ocidentais entrem no campo dos cálculos derivados dessa governamentalização. Se, para Mises, a democracia econômica representa a efetiva realização da liberdade de decisão dos sujeitos e, como consequência, é a verdadeira democracia, as novas estratégias de governamentalização do *homo oeconomicus*, que orientam suas decisões por cálculos de interesses em relação às variáveis do meio, também se aplicariam aos modos de gerir as deliberações nas democracias atuais. Se, segundo Mises, a democracia pode ser considerada como uma democracia de consumidores, porque nela vigora o princípio do interesse próprio livremente exercido, a governamentalização dos interesses individuais, através das variáveis do meio, levaria a democracia a ser, também, uma democracia governamentalizada. Talvez seja este um dos oximoros mais graves que enfrentamos em relação aos modelos de democracias que estão sendo implantados na atualidade.

Considerações finais

Buscamos evidenciar, ao longo de nosso texto, de que maneira as leituras de Ludwig von Mises e de Michel Foucault permitem-nos entrecruzar a hipótese de que a governamentalidade do *homo oeconomicus* assumiu, também, o plano de sua soberania. Para cumprir esse objetivo principal, nossos esforços percorreram o campo teórico dos respectivos autores, analisando e avaliando cada uma das teorias e mostrando, a partir de

um recorte específico, de que modo pode-se conectar os argumentos filosóficos da economia neoliberal ao teor crítico da governamentalização dos sujeitos. Ao perseguir nossa hipótese em derredor das linhas reflexivas de cada um dos pensadores, podemos lançar, de modo sucinto, a sentença de que a governamentalidade do *homo oeconomicus* acompanha, também, seu desenvolvimento soberano, tomando como balística o plano mercadológico. Governamentalidade e soberania oportunam à compreensão crítica de que, dentro de uma intersecção sutil, a vida humana tornou-se paradoxal, na medida em que ocupou a figura-objeto das práticas governamentais, sem perder, porém, a própria condição de sujeito (econômico).

Assim, tais faces, ao serem conectadas, atestam ao fato de que o plano econômico demarcou e ainda demarca de maneira radical um conjunto de razões essenciais para, cada vez mais, governamentalizar os homens dentro da ótica econômica do controle. O controle gerado sobre os indivíduos pressupõe nexos utilitários e calculativos para se extrair ou se alcançar objetivos quantitativos tanto aos consumidores quanto aos empresários. Por esse fato, o pano de fundo que sustenta todo esse debate gira na persistência de compreender que os sujeitos (econômicos) são voláteis à imprecisão do mercado. O mercado, para seguir o campo teórico de Mises, é um sistema interagente e instável. Nele não há, e nem deve haver, uma hegemonia de controle, haja vista que todo o seu movimento abaliza-se na contramão disso, ou seja, a partir da concorrência, das condições naturais do mercado, da capacidade de inovação e das competências desenvolvidas. O que move toda essa rede interagente é a dinâmica natural intrínseca ao próprio mercado, de modo que são as intempéries os pontos axiais para a produção constante de oferta aos "patrões impiedosos", como postula Mises.

Seguindo na tessitura dessa constatação, e portanto delineando a hipótese de que o *homo oeconomicus* atesta sua comparação à governamentalidade ao mesmo tempo em que refunda o sentido da soberania no seio

mercadológico, podemos sintetizar os esforços desse trabalho em alguns pontos: (1) a tese de Mises segundo a qual os homens são soberanos consumidores conflui ao pensamento de que, tal soberania, indica o ponto pelo qual a governamentalização perfaz um ciclo volátil, que, juntamente de Foucault, simboliza a dimensão de quão radical é a força da economia no plano das decisões governamentais da vida humana; (2) a dinâmica neoliberal acata com destreza a economia a partir da soberania do consumo, pelo fato de potencializar a concorrência sem qualquer necessidade de justiça, igualdade ou equilíbrio. A contraposição disso, o que move o mercado neoliberal e o que permite ao soberano desfrutar das melhores escolhas são as desigualdades e os desequilíbrios; (3) A noção de 'liberdade' assume a linha enérgica que atravessa o trabalho da Filosofia da Economia de Mises e conecta-se às críticas de Foucault sobre a modulação de tal noção no plano da governamentalização. Se, por um lado, Mises assumiu tal noção a partir da inferência de uma ética liberal, por outro, com Foucault, os desdobramentos de tal pensamento aduz ao fortalecimento da subjetividade como meandro econômico do mercado. Nesse sentido, a liberdade torna-se um paradoxo, na medida em que é ultrajada apenas ao sentido do consumo, o que tenderia ao esvaziamento semântico e teórico de seu próprio conceito; (4) o *homo oeconomicus* centra sua feição na tese de que pode governar sua própria liberdade. Tal indicação surge quando, no plano mercadológico, pode ele ultrapassar a força de sua soberania de consumo, ressaltando que sua liberdade de governo de si vincula-se ao domínio deliberativo dentro dos sistemas econômicos.

Essas quatro vertentes corroboram à convergência teórico-crítica entre Mises e Foucault. A todo caso, torna-se essencial destacar que o *homo oeconomicus*, ao ser condicionado a um exame filosófico profundo, faz vibrar o argumento de que governo e soberania adentraram ao campo magnético das práticas econômicas dos sujeitos. Com esse pano de fundo, pode-se sustentar que paira entre as dobradiças do poder soberano e governamental as arandelas da Filosofia da

Economia. Isso significa que as discussões mais contundentes da contemporaneidade acompanham o debate filosófico de quão e como importantes são as noções de liberdade, consumo, soberania, governo, etc. Ao serem interpretados como conceitos-técnicos, tais termos solidificam a convergência das lições econômicas, no campo da vida prática dos homens, com as dimensões próprias das subjetividades. Com esse espectro, a constante modulação do sujeito em sujeito econômico faz-nos referendar a hipótese de que o neoliberalismo configura uma razão governamental aguda, ao ponto de indicar os padrões de liberdade e as dimensões do consumo.

Referências

- AUDIÉ, Serge. *Penser le "néolibéralisme": Le moment néolibéral, Foucault et la crise du socialisme*. Paris: La Borde de l'Eau, 2015.
- BECKER, Gary. Investment in human capital: a theoretical analysis. *Journal of Political Economy*, Chicago, v. 70, n. 5, p. 9-49, 1962. <https://doi.org/10.1086/258724>
- BINKLEY, Sam. The Work of Neoliberal Governmentality: Temporality and Ethical Substance in the Tale of Two Dads. *Foucault Studies*, [s. l.], n. 6, p. 60-78, feb. 2009. <https://doi.org/10.22439/fs.voio.2472>
- BOFF, Emammanuel. Tensions between theory and history in von Mises's critique of socialism. *Journal of Contemporary Economics*, [s. l.], v. 22, n. 2, p. 1-23, 2018. <https://doi.org/10.1590/198055272221>
- BUTLER, Eamonn. *Ludwig von Mises: A Primer*. London: Institute of Economic Affairs, 2010.
- DILLENZIO, Thomas J. Competition and Political Entrepreneurship: Austrian Insights into Public Choice Theory. *The Review of Austrian Economics*, [s. l.], v. 2, p. 59-71, 1988. <https://doi.org/10.1007/BF01539298>
- DILTS, Andrew. *From "Entrepreneur of the Self" to "Care of the Self": Neo-Liberal Governmentality and Foucault's Ethics*. *Foucault Studies*, [s. l.], n. 12, p. 1-16, 2010.
- DUARTE, André. Foucault el enlace entre biopolítica y soberanía. *Quadranti Rivista Internazionale di Filosofia Contemporanea*, Salerno, v. 1, n. 1, p. 49-61, 2013.
- FOUCAULT, Michel. *Histoire de la sexualité I. La volonté de savoir*. Paris: Gallimard, 1974.
- FOUCAULT, Michel. Omnes et singulatim: vers une critique de la raison politique. In : FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits III*. Paris: Gallimard, 1981. p. 953-980.
- FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique*. Paris: Gallimard, 2004a.

FOUCAULT, Michel. *Sécurité, territoire, population*. Paris: Gallimard, 2004b.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011.

HAMANN, T. H. Neoliberalism, Governmentality, and Ethics. *Foucault Studies*, [s. l.], n. 6, p. 37-59, 2009. <https://doi.org/10.22439/fs.v0i0.2471>.

HARVEY, David. *A brief history of Neoliberalism*. New York: Oxford University Press, 2005.

HAYEK, F. A. *The Counter-Revolution of Science*. Nueva York: Free Press of Glencoe, 1955.

LAGASNERIE, Geoffroy de. *La dernière leçon de Michel Foucault: Sur le néolibéralisme, la théorie et la politique*. Paris: Librairie Arthème Fayard, 2012.

LEMKE, Thomas. *Foucault, governamentalidade e crítica*. Tradução de Mario Antunes Marino e Eduardo Altheman Camargo Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2017. <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2017.137508>.

MARSHALL, James. D. Foucault and neo-liberalism: Biopower and busnopower. In: NEIMAN, A. (ed.). *Philosophy of education 1995*. Urbana: Philosophy of Education Society, 1996.

MENGER, Carl. *Grundsätze der Volks wirth schaftslehre*. Viena: Wilhelm Braumüller, Viena, 1871.

MISES, Ludwig von. *A critique of interventionism*. New York: Arlington House, 1977.

MISES, Ludwig von. *Epistemological Problems of Economics*. Translated from the German by George Reisman. New York: New York University Press, 1978a.

MISES, Ludwig von. *Notes and Recollections*. South Holland: Libertarian Press, 1978b.

MISES, Ludwig von. *Human Action: a treatise on economics*. Alabama: The Ludwig von Mises Institute Auburn, 1998.

MISES, Ludwig von. *The Free Market and Its Enemies: Pseudo-Science, Socialism, and Inflation*. New York: Foundation for Economic Education, 2004.

MISES, Ludwig von. *The Anti-Capitalistic Mentality*. Alabama: The Ludwig von Mises Institute Auburn, 2008.

MISES, Ludwig von. *Interventionism: An Economic Analysis*. Indianapolis: Liberty Fund, 2011.

MISES, Ludwig von. *Theory and History: An Interpretation of Social and Economic Evolution*. 2. ed. Auburn: Ludwig von Mises Institute, 2007.

MISES, Ludwig von. Algumas observações sobre praxeologia. *Revista interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia*. São Paulo, Instituto Ludwig von Mises, v. 1, n. 1, p. 21-26, jan./jun. 2013. <https://doi.org/10.30800/mises.2013.v1.183>.

MURATA, Toshio. Fascinated by Mises for Thirty-Five Years. *Shunjo (Shunjo-sha)*, [s. l.], n. 330, p. 1-4, jul. 1991.

READ, Jason. A Genealogy of Homo-Economicus: Neoliberalism and the Production of Subjectivity. *Foucault Studies*, [s. l.], n. 6, p. 25-36, Feb. 2009. <https://doi.org/10.22439/fs.v0i0.2465>.

ROSE, Nikolas. The Politics of Life Itself. *Theory, Culture & Society*, v.18, 1, 2001. <https://doi.org/10.1177/02632760122052020>.

ROSE, Nikolas. *The Politics of Life Itself: Biomedicine, Power, and Subjectivity in the Twenty-First Century*. New Jersey: Princeton University Press, 2007.

ROTHBARD, Murray N. *An Austrian Perspective on the History of Economic Thought: Economic Thought before Adam Smith; and Classical Economics*. 2. ed. Alabama: Ludwig von Mises Institute; Auburn University, 2006. v. 1-2.

SENELLART, Michel. Michel Foucault: la critique de la Gesellschaftspolitik ordolibérale. In: COMMUN, Patricia (org.). *L'ordolibéralisme allemand*. Aux sources de l'Economie sociale de marché. Paris: CIRAC/CICC, 2003. p. 37-48.

SOTO, Jesús Huerta de. Génesis, esencia y evolución de la Escuela Austriaca de Economía. In: SOTO, Jesús Huerta de. *Estudios de Economía Política*. 2. ed. Madrid: Unión Editorial, 2004. p. 17-55.

SOTO, Jesús Huerta de. La teoría de la eficiencia dinámica. *Procesos de Mercado: Revista Europea de Economía Política*, n. 1, p. 11-71, 2004.

SOTO, Jesús Huerta de. *La Escuela Austriaca: mercado y creatividad empresarial*. 2. ed. Madrid: Editorial Síntesis, 2012.

TRIBE, Keith. The political economy of modernity: Foucault's Collège de France lectures of 1978 and 1979. *Economy and Society*, v. 38, n. 4, p. 678-698, 2012. <https://doi.org/10.1080/03085140903190391>.

Castor Bartolomé Ruiz

Doutor em Filosofia pela Universidade de Deusto, Espanha. Professor titular do Programa de Pós-Graduação Filosofia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos, São Leopoldo, RS, Brasil). Coordenador Cátedra Unesco – Unisinos de Direitos Humanos e violência, governo e governança. Coordenador Grupo de Pesquisa CNPq Ética, biopolítica e alteridade.

William Costa

Doutorando em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação Filosofia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos, São Leopoldo, RS, Brasil).

Endereço para correspondência

Castor Bartolomé Ruiz
Rua Tancredo Neves, 469
Bairro Fátima, 92.200-600
Canoas, RS, Brasil